

HISTÓRIA DE UMA PEQUENA CIDADE DO INTERIOR PAULISTA. PARA COMPREENDER A TERRITORIALIDADE LOCAL¹.

Beatriz Medeiros de Melo²
Maria Aparecida de Moraes Silva³

Resumo

O presente artigo compõe uma pequena parte da dissertação de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT da UNESP de Presidente Prudente. Retrata uma etapa da tentativa de compreensão da territorialidade local. Através da reconstrução da história da cidade (análise diacrônica) podemos retornar ao momento presente, compreendido, desvelado, e então observar a coexistência de diversas temporalidades no espaço (análise sincrônica). Partimos do surgimento do povoado hoje chamado Ibaté, quando da abertura dos caminhos que levavam às minas de ouro, pela criação dos primeiros núcleos urbanos, a chegada da estrada de ferro, os momentos de auge e crise da economia cafeeira, de auge e estabilização da cultura canavieira e, neste contexto, inserimos os diferentes fluxos migratórios atraídos para a região. Passamos pela época de um intenso fluxo de mineiros do Vale do Jequitinhonha (1970), no auge da produção canavieira, para o momento que hoje assistimos, de intensificação do fluxo de nordestinos. Retomamos o momento de auge da migração rural-urbana para o momento que hoje assistimos, de intensificação da migração urbana-urbana. Neste contexto, apontamos um quadro de “plasticidade do trabalho”, que se configura como uma generalização do processo de exclusão/inclusão precária.

Palavras-chave: economia, migração, cidade pequena, territorialidade, exclusão/inclusão precária.

Abstract: This article comprises a small part of the master developing in Post-graduation in Geography Program of the FCT Unesp of Presidente Prudente. It one stage attempted understanding of territoriality place. Through the reconstruction of the history of the city (analysis diachronic) can return to the present moment, understood, disclosed, and then

¹ Este texto é parte da dissertação de mestrado a ser defendida neste mês de abril de 2008 sob o título “Migração, memória e território. O trabalhador rural nordestino na Ibaté paulista” e orientação da Prof^a. Livre Docente Maria Aparecida de Moraes Silva.

² Graduada em Ciências Sociais, FCL/UNESP/Araraquara. Mestranda do Programa de PPG em Geografia da FCT/UNESP/ Presidente Prudente. End. eletrônico: beatrizmmelo@yahoo.com.

³ Prof^a. do PPG em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente e do PPG em Sociologia da UFSCAR. Pesquisadora Nível 1 do CNPq. End. Eletrônico: maria_moraes@terra.com.br

observe the coexistence of various temporalities in space (synchronous analysis). We are emerging from the town today called Ibaté, when the opening of the paths that led to the mining of gold, the creation of the first urban areas, the arrival of the railway, the peak moments of crisis and the economy coffee, height and stabilization of culture of sugar cane and, in this context, insert the different migration attracted to the region. We spent by the time of an intense flow of miners do Vale do Jequitinhonha (1970), at the height of production of sugar cane, for the moment that today we, intensification of the flow of northeasts. Take up the time to peak of the rural-urban migration for the moment that today we, intensification of urban-urban migration. In this context, made the framework of "plasticity of work", which sets as a generalization of the process of exclusion / inclusion precarious.

Keywords: economy, migration, small town, territoriality, exclusion / inclusion precarious.

Introdução

O esforço de compreensão e de localização da pequena cidade de Ibaté frente à realidade local, regional e nacional exige que voltemos o olhar, simultaneamente, aos diferentes eventos, sujeitos e relações sociais que numa relação dialética construíram tempo e espaço. Os elementos sincrônicos e diacrônicos são revelados através, respectivamente, da análise horizonte e vertical, na forma como proposta por Lefebvre. Nesta é necessário que, além de observamos, como etnógrafos⁴, a complexidade que compõe o momento e o espaço presentes, realizemos a tarefa de datar os diferentes dados da realidade, para enfim perceber a coexistência de relações sociais de datas desiguais. No momento chamado por ele de regressivo-progressivo retornamos à realidade já elucidada, desvelada, explicada, e podemos, enfim, interpretar os desencontros de tempos e, portanto, de possibilidades dispostas aos diferentes sujeitos e espaços sociais⁵.

Como fontes de informação para esta pesquisa levamos em consideração nesse momento não somente o *concreto* tal como foi definido por Marx "como síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso" (1983: p. 39-40). Pois "se o todo, tal como aparece no cérebro, como um todo de pensamentos, é um produto do cérebro

⁴ Texto de importante referência na fase de preparação do trabalho de campo foram as anotações de DA MATTA (1978), quando ele fala do "anthropological blues". "Seria, então, possível iniciar a demarcação da área básica do 'anthropological blues' como aquela do elemento que se insinua na prática etnológica, mas que não estava sendo esperado. Como um 'blues', cuja melodia ganha força pela repetição das suas frases de modo a cada vez mais se tornar perceptível." (p. 30).

⁵ Sobre a dialética de Henri Lefebvre fala Martins (2000) no Capítulo V.

pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível” (p. 40), então sujeito e representação tornam-se fontes imprescindíveis na análise social das mais variadas formas de diferença (classe, gênero, etnia, geração, localização...) produzidas, reproduzidas e vivenciadas.

Uma parte do processo de desvelamento.

A história: entre economia e migração.

De tradição inicialmente pecuarista, a ocupação da região central do Estado de São Paulo, também conhecida no passado por Campos ou Sertões de Araraquara, onde se insere também a cidade de Ibaté, a partir da última década do século XVIII se inicia com a abertura dos caminhos que levavam às minas de ouro de Cuiabá e Goiás. Em princípios do século XIX a região começa a receber grandes contingentes de mineiros que, a princípio, mantinham culturas de subsistência ao lado de grandes pastagens (BENINCASA, 2003). É com a crise da produção do café da região do Vale do Paraíba que, na segunda metade deste século, o café começa a ser produzido nesta região. À chegada do novo produto e ao aumento progressivo de sua produção se segue a instalação dos trilhos da primeira via ferroviária, fundamentalmente em virtude dos esforços de fazendeiros da região interessados no escoamento da produção (CAIRES, 1993). A estação Visconde do Pinhal, que teve seu nome alterado em 1908 para Estação Ibaté e que mais tarde empresta seu nome à cidade, foi inaugurada em 1885. Foi a construção da ferrovia que permitiu uma maior circulação do produto e o fez chegar às áreas que criavam uma demanda cada vez maior de seu consumo. Assim, o ano de 1884 marca a era do café na região.

Ao café e às estradas de ferro seguem o surgimento dos pequenos núcleos urbanos, localizados sempre às margens das ferrovias. Com a presença de escravos libertos, imigrantes, e de trabalhadores nacionais, como caboclos e caipiras, começa a se constituir na cidade um mercado consumidor, os pequenos estabelecimentos comerciais e industriais. Nesta fase, denominada por MORAES SILVA (1999) de civilização cafeeira,

a configuração espacial era baseada nesta complementaridade entre cidade-campo, no seio de uma divisão social do trabalho determinada pela produção dos meios de subsistência da maioria dos trabalhadores e demais residente no campo (p. 221).

A crise de superprodução do café e baixa dos preços do produto, no início do século XX, concede novo impulso à produção da

cana-de-açúcar, desta vez em larga escala, substituindo os cafezais que se iam progressivamente erradicando. Os incentivos fiscais à diversificação das culturas fazem com que, nesta região, onde a cana-de-açúcar já estava presente desde 1817, os fazendeiros vejam no retorno ao cultivo deste produto uma saída para a crise. Assim o período de 1910 a 1930 marca o período da retomada da cana-de-açúcar na região (CAIRES, 1993).

Neste contexto de constituição da monocultura da cana na região e fortalecimento da economia local, em 1953 é instalada em Ibaté a primeira e única usina existente no município até os dias de hoje, a Usina da Serra. Neste mesmo ano a cidade é elevada da condição de vila, atrelada ao município de São Carlos, à condição de município, tomando, então, o nome da estação de trem que deu início à Vila Ibaté. É, portanto, nos períodos de auge dos ciclos econômicos do café e da cana-de-açúcar que a cidade é concebida e em seguida adquire relativa independência administrativa.

A Usina da Serra, que inicialmente fora sustentada pelo sistema de colonato, nesta mesma década já começa a assistir sinais de decadência desta forma de organização do trabalho. Caíres (1993), estudando a constituição e decadência da Usina Tamoio, localizada na cidade de Araraquara, também nos aponta este dado.

... o colonato, que lhe ofereceu as bases de afirmação ao permitir a cultura intensiva da cana com custo reduzido, a partir de meados da década de 50, coincidindo com o início da mecanização da lavoura, começou a apresentar sinais de decadência com a saída paulatina das famílias colonas que abandonaram o empreendimento: transferindo-se para usina como assalariados agrícolas, tornando-se pequenos proprietários ou mudando-se para a cidade em busca de melhores condições de vida e trabalho. (p. 284)

Moraes Silva (1999) ressalta o importante papel do Estatuto do Trabalhador Rural no fechamento das colônias. Com ele, o trabalho de mulheres e crianças passa a ser individualizado e a produção de subsistência descontada do salário. O colonato, então, perde sua razão de ser. E seu fim compõe o quadro da migração campo-cidade, quando ex-colonos passam a migrar para as cidades circunvizinhas.

Vale destacar, aqui, dois momentos distintos em que colonos deixam as fazendas para ocupar outros espaços do município. O primeiro deles aconteceu entre o fim do século XVIII e início do século XIX, no período marcado pela imigração de colonos (sinônimo, no Brasil,

de empregado⁶) europeus em substituição à mão-de-obra cativa (escrava) em crise. Para estes imigrantes, a possibilidade de vender sua força de trabalho apresentava-se como meio para conquista da propriedade da terra, um processo, que, segundo Martins (1986), veio a legitimar a extorsão de trabalho pelo fazendeiro, ao mesmo tempo em que criava “condições para que a propriedade fundiária substituísse o escravo como base do crédito hipotecário, como fonte de capital de custeio” (p. 31). Assim, a mão-de-obra disponível para o trabalho nos grandes cafezais e canaviais esteve em constante circulação nesse período, com alguns colonos chegando ao país enquanto outros se tornavam pequenos e médios proprietários de terras. Um segundo momento em que colonos abandonam as fazendas é aquele da crise do colonato, com a instituição do ETR, entre as décadas de 1950 e 1960. Nesse momento, imigrantes e seus descendentes (para os quais não foi possível uma propriedade de terra) bem como trabalhadores nacionais atraídos para as colônias pela expansão da produção de cana-de-açúcar são expulsos das fazendas, alojados fundamentalmente em bairros localizados em área rural do município.

Os primeiros moradores do município de Ibaté são, assim, ex-colonos que conseguiram adquirir sua pequena propriedade, como a família de Antonio, o primeiro entrevistado para esta pesquisa. Antonio é filho de um casal de descendentes de italianos, nascido pouco depois de adquirida uma propriedade de 12 alqueires no município de Ibaté com os proventos do trabalho na Usina Tamoio e empréstimos de familiares. A partir de então passam a fornecedores de cana para a recém instalada Usina da Serra, e Antonio, que herdou a propriedade, há 51 anos ininterruptos continua o trabalho que seus pais iniciaram em 1954. Outros casos semelhantes, de imigrantes (essencialmente descendentes de italianos e espanhóis) que adquiriram terras no município foram narrados por ele.

Em seguida, com o fim do colonato, outro conjunto de imigrantes e trabalhadores nacionais (fundamentalmente mineiros e nordestinos) dão impulso ao crescimento urbano da cidade de Ibaté. No início da década de 1960 foram loteados dois bairros para abrigar os trabalhadores remanescentes da falência da Usina Tamoio. São eles primeiro a Vila Tamoio e em seguida o Jd. Santa Terezinha.

(...) e a Vila Tamoio foi um terreno que foi comprado pela Usina Tamoio pra dar pro pessoal que trabalhou na Tamoio... Sabe esse pessoal que trabalhava de cana, as pessoas que eles tinham conta pra pagar...? Então eles resolveram fazer um bairro exclusivo pros trabalhadores da Usina Tamoio. Aí virou uma troca. Eles trocaram essa área de terra com uma outra área mais distante. O

⁶ MARTINS, 1986, p. 61.

antigo proprietário fez uma permuta. Então ficou uma vila nova, que chama Vila Tamoio. (Antonio, fazendeiro, fornecedor de cana para a Usina da Serra. 15/12/2005⁷)

Com a instalação do programa de incentivos à produção de álcool no país em 1970, o Proálcool, a produção de cana-de-açúcar atinge altos índices de produção. A expansão das áreas de plantio necessita de grande volume de mão-de-obra para o trabalho agrícola e passa a atrair migrantes de diversas regiões do país. A princípio, a expansão destas áreas cultivadas passa a atrair um grande volume de mineiros, advindos da região do Vale do Jequitinhonha, uma das regiões de maior miséria no país. O Estatuto da Terra, acompanhado de outras leis federais, como o Plano de Revigoramento dos Cafezais, são, por um lado, responsáveis pela expulsão de colonos, arrendatários e pequenos proprietários de diversas regiões do país, inclusive desta região do Vale do Jequitinhonha, que, por caracterizar-se como uma área bastante empobrecida, tornou-se fortemente suscetível ao poder de compra dos grandes fazendeiros, nesta fase conhecida como de acumulação primitiva para o capital agroindustrial. Retiradas suas condições de pequenos proprietários ou arrendatários, o Estatuto do Trabalhador Rural dá conta de retirar-lhes também os direitos trabalhistas, fazendo emergir, da vontade política e econômica da acumulação, o trabalhador "bóia-fria". "Esse processo de voluntização da força de trabalho permitiu os sucessos da modernização agrícola garantida pelo Estatuto da Terra (1964) e pelo Proálcool (1975)" (MORAES SILVA, 1999, p. 66-67)

No entanto, a migração de mineiros que, com a modernização da agricultura passa por um processo de acirramento entre as décadas de 60-70, expande o fluxo migratório já tradicional de meeiros, posseiros e deserdados das terras dos diversos estados nordestinos que desde a década de 20 partem para a região Sudeste como para outras regiões de fronteira, como o Centro-Oeste e a Amazônia.

Todo esse processo de transformação econômica liga-se a uma nova articulação inter-regional consolidada por movimentos migratórios. As áreas açucareiras e algodojeiras-pecuaristas expulsam trabalhadores para a Amazônia, sendo os mesmo empregados no extrativismo da borracha ou em obras como a ferrovia Madeira-Mamoré. A virada do século é, alias, o momento da exaltação do sertanejo nordestino como 'antes de tudo um forte', elogio no qual se sugere que o seu caráter

⁷ A entrevista com Antonio foi a primeira realizada para essa pesquisa. Em função de problemas com a gravação não a transcrevemos na íntegra.

resistente pode ser empregado, com proveito, para trabalhos que exigem pouca ou nenhuma qualificação.

Simultaneamente, os migrantes nordestinos que se dirigem para o Sul participam da transição que se dá, nas primeiras décadas do século, de uma economia baseada principalmente na mão-de-obra imigrante, para uma utilização intensiva do trabalho nacional. Apesar de desprezados como pouco afeitos ao trabalho, indisciplinados, errantes e tendentes ao banditismo e ao fanatismo, os nordestinos vão ocupando postos de trabalho na região mais dinâmica da economia capitalista nacional. (POVOA NETO. 1994, p. 21)

Assolados pelas condições do clima, pela privatização contínua dos elementos naturais necessários para o plantio (como a questão da água), pelo abandono político-econômico que sempre privilegiou os investimentos nas ricas e férteis terras roxas do Estado de São Paulo, pelos baixos rendimentos obtidos no trabalho da diária nas pastagens dos grandes latifundiários, os nordestinos, especialmente aqueles das áreas do agreste e do sertão, viram-se recorrentemente suscetíveis à migração para as áreas de fronteira e para lugares onde se pensava conquistar uma condição de trabalho mais segura, como o assalariamento. Tanto os “corumbas”, camponeses das regiões do agreste e sertão que se dedicam à agricultura de subsistência, como os trabalhadores “da rua”, grande parte deles expulsos também pelo fim do colonato nas Usinas da região Nordeste (MENEZES, 2002), com a decadência da produção canavieira na região (e a transferências de capitais agroindustriais do Nordeste para a região Sudeste), passam cada vez mais a migrar para outras regiões do país.

Assim, o quadro que nos anos de 2001-2003 a Pastoral do Migrante – entidade ligada à Igreja Católica que vêm acompanhando a trajetória de vida e trabalho de migrantes de diversas regiões do país para a Região Sudeste – aponta é o da forte presença de nordestinos, superando então o fluxo de trabalhadores mineiros expropriados que teve forte presença nas décadas de 70-80 e início de 90. Os percentuais de trabalhadores encontrados nos alojamentos das diversas usinas da região são os que seguem.

Tabela 1. Origem de migrantes sazonais nos alojamentos do interior paulista.

Região Nordeste		Região Sul		Região Sudeste	
Baianos	25%	Paranaenses	8%	Mineiros	20%
Mineiros	20%	Total: 8%		Total: 20%	
Pernambucanos	15%	Outros: 1%			

Paraibanos	12%
Piauienses	10%
Cearenses	2%
Alagoanos	1%
Total: 85%	

Fonte: Dossiê 2001-2003. (PASTORAL DOS MIGRANTES, 2004. p. 27)

Com o transcorrer do estabelecimento da cultura canavieira na região temos, então, num primeiro momento, a migração dos expropriados da terra para as áreas urbanas, configurando um forte período de migração campo-cidade. Este movimento ainda se mantém, embora em níveis reduzidos, fundamentalmente em virtude da migração sazonal, daqueles pequenos proprietários que mantém suas roças de subsistência e suas famílias recorrendo à migração para as lavouras paulistas apenas durante as safras, num período que varia de seis a até 10 meses. Um outro fluxo que ganha força a partir das décadas de 80 é a migração urbana-urbana (FERNANDES, 2004, p. 64-65), daqueles que, tendo se desfeito de sua pequena propriedade, numa condição de errância migram de uma pequena cidade para outra em busca de melhores condições de sobrevivência. Configuram uma outra tipologia de migrante, que se distingue do sazonal por sua circularidade pelo território. Podemos apontar, a princípio, alguns dos fatores que impulsionam essa intensa mobilidade urbana-urbana: o papel das redes sociais, o valor da renda da terra urbana, a esperança de transferência do emprego nas atividades agrícolas para a o emprego em outros setores, a liberação de mão-de-obra em função do processo de modernização da agricultura, entre outros.

Há também aqueles migrantes que se estabelecem nestas pequenas cidades de forma permanente. Muitas vezes, a oportunidade de construir a casa própria é a razão da fixação destes migrantes nestas regiões de destino. Sendo trabalho e moradia necessidades vitais para a reprodução do homem, quando uma relação de permanência mais ou menos longa – ainda que a duras penas – é constituída com um ou outro, trabalho ou moradia, inicia-se o processo de reenraizamento, ou de reterritorialização destes trabalhadores.

Estes migrantes “estabelecidos”, portanto, compõem uma nova situação no tocante à disponibilidade de mão-de-obra. Não são mais considerados apenas exército de reserva para as agroindústrias. Mas, com a necessidade premente de manutenção do pequeno patrimônio adquirido ou em busca dele, tornam-se mão-de-obra disponível para qualquer atividade produtiva. Seja ela o emprego rural ou urbano, formal ou informal, estável ou eventual. Destaca-se, nestas diferentes oportunidades de emprego um processo intenso de

precarização do trabalho. Transitam muitas vezes entre o emprego agrícola e industrial, trabalhando na colheita da safra da cana-de-açúcar por um período e em atividades de outra natureza nos períodos de entressafra⁸.

Neste movimento de intensa “plasticidade” (THOMAZ JUNIOR, 2006) entre as diferentes formas de realização do trabalho há uma generalização do processo de exclusão/inclusão precária dos pobres. Já não há mais distinção entre pobreza rural/urbana: constituem todos uma grande massa de “esquecidos”. Neste contexto, não somente as transformações ocorridas *no* setor agro-exportador atingem a população desta rica região de Ribeirão Preto, mas também as decisões tomadas *pele* setor, direta ou indiretamente. Tomando-se por referência o próprio município de Ibaté, tomamos conhecimento de que o fechamento de algumas pequenas indústrias foi também responsável por uma “grande chacoalhada” na dinâmica local. Nas palavras de Mauro, presidente da associação de um dos bairros onde reside maioria de trabalhadores rurais/urbano:

Um grande desfalque que nós tivemos aqui em Ibaté foi que fechou essa fábrica aqui, a L Motores. Porque aqui eles tinham uma média de mil e quinhentas a duas mil pessoas que trabalhavam aqui. Do tempo que ela tava aí, girava muito Ibaté, o comércio faturava muito. (...) A L Motores fazia motor pra CBT, que é lá em Água Vermelha. (...). Então se nós tivermos possibilidade de trabalhar com pequenas indústrias junto ao lado dessas grandes indústrias é importante. Não deixar que essas grandes indústrias administrem a cidade, tomem o poder da cidade no setor do trabalho. Sabe por quê? Porque daí fica essa cidade dependente dessa grande indústria, o qual acontece em Ibaté e pode acontecer com outras cidades. (Caderno de Entrevistas, p. 9)

Tinha também a NSS, que era daqui, tava aqui e foi pra São Carlos, já não tá mais em Ibaté essa empresa.

B.: Você sabe por quê?

M.: Segundo o que eu fique sabendo é porque eles tavam precisando de um área e o governo anterior não cedeu essa área pra eles ampliar. Aí eles tiveram que se deslocar, porque em São Carlos eles deram mais condições.

B.: E faz o quê essa empresa?

⁸ Sobre a “permanente disponibilidade para qualquer tipo de trabalho” desta categoria também nos fala D’INCAO E MELLO (1976, p. 87).

M.: Prateleira... Tudo de prateleira assim eles trabalham, prateleira de aço. (Caderno de Entrevistas, p. 16)

Vemos, portanto, através do depoimento de Mauro como também do próprio percurso do desenvolvimento econômico do país, o nítido privilegiamento de concessão de financiamento e isenção de impostos para as empresas do setor agro-exportador⁹. Assim, o soerguimento e a derrocada de diversas pequenas empresas locais, que, especialmente nesta região canavieira são responsáveis pela absorção de uma parte dos desempregados da agroindústria, abalam a economia local e participam das causas da intensa mobilidade territorial e laboral.

Essa massa expropriada e desempregada toma diferentes rumos na região, configurando diferentes atitudes de resistência à miséria e à fome. Grande parcela dela ocupa hoje as periferias destas pequenas cidades. Uma outra relativamente pequena parcela dela retornou à terra em áreas desapropriadas pelo Estado, ou através da luta de sindicalistas ou da aquisição de financiamento pelo Banco da Terra. Em Araraquara, município vizinho à Ibaté, na década de 1980 houve a desapropriação da Fazenda Bela Vista para fins de Reforma Agrária. Em relatos dos moradores do bairro Cruzado em Ibaté soubemos de antigos moradores da cidade que participaram do processo de ocupação da área e hoje são assentados nesta fazenda.

Esses tempo mesmo a gente foi lá. Tem o Joaquim, tem o Sival... Tem umas par deles que morava aqui no bairro e foi pra lá. De vez em quando a gente vai lá na casa deles.

B.: Eles trabalhavam aqui com cana também?

A.: Com cana também. Tem um que trabalhava na Usina Santa Cruz, o Sival era pedreiro, o seu Joaquim era já um senhor de idade, eu não sei se ele... não sei qual era a função dele, mas eu acho que era em São Carlos, na Eletrolux parece. (...) E o Tião tinha um bar aqui. Lá ele faz horta, negócio de alface..., essas coisas assim. Já deve estar fazendo uns quatorze a quinze anos que moram lá. (Sr. Antonio. Caderno de Entrevistas, p. 213)

No município de Ibaté, no ano de 2002, foi o Banco da Terra o protagonista do processo de Reforma Agrária. Hoje, vivem nos dois

⁹ Para a sustentabilidade deste setor agro-exportador concorre não somente a contribuição do Estado, mas também o processo de internacionalização do capital. No interior de um acirrado processo de competitividade, diversos grupos econômicos ampliam seus domínios através da compra de Usinas mantidas antes pelas tradicionais famílias que iniciaram o processo da substituição do setor sucro-alcooleiro. Em 1997 o Grupo Cosan efetua a compra da Usina da Serra, que vinha passando por um período de enfraquecimento econômico frente à competitividade com os capitais internacionais.

assentamentos promovidos por este capital público sessenta famílias de trabalhadores rurais¹⁰.

As transformações até então descritas, encerradas fundamentalmente pelas decisões político-econômicas que afetaram a região – tanto para aqueles que hoje se encontram nos bairros periféricos como aqueles que retornaram à terra pelo processo de Reforma Agrária – não se reduzem à esfera do econômico. Sociedade e espaço, como entidades intrinsecamente interdependentes, que se constituem no encontro dialético que se perfaz entre a complementaridade e a contradição, são mutuamente alterados.

Numa primeira fase, a do fim do ciclo do café e início do ciclo da economia canavieira, a territorialidade local toma novos contornos em função de um violento processo de reestruturação espacial promovido essencialmente pela destruição das colônias e surgimento dos bairros periféricos na cidade. Moraes Silva (1999) fala destas transformações em termos da transição da “civilização cafeeira” para a “civilização da usina”. O termo “civilização” fala de todo um conjunto de caracteres próprios da vida social (incluindo aí as manifestações culturais), política e econômica do lugar.

Assim, a cidade é hoje caracterizada pela coexistência de reminiscências de tempos passados e características da civilização urbana, moderna. Os fogões e fornos à lenha, as hortas mantidas no terreno de algumas moradias, os “objetos da memória”, os móveis trazidos de lugares e tempos passados, os tanques de concreto, dividem espaço com as televisões, os DVD's, os aparelhos de som, os tanquinhos, os automóveis e as motocicletas. E os pequenos supermercados que atendem a população dos bairros de trabalhadores rurais dividem espaço não apenas com as hortas dos quintais, mas com terrenos inteiros de hortas cultivadas para o comércio. Encontramos sorveterias mais modernas e também os geladinhos de Antonio. E não apenas nos espaço e nos objetos estão as marcas do passado, também na subjetividade, nos hábitos dos moradores. Na manutenção de fortes laços de vizinhança, nas relações de compadrio, nos fortes laços estabelecidos entre os “conterrâneos” – semelhantes quanto à origem de um espaço já distante no tempo –, nos hábitos alimentares, nos utensílios domésticos, na religiosidade, na moral e nos costumes mantidos.

¹⁰ Informação apresentada pelo padre Adonis, que celebra as missas nos assentamentos, em 12/09/2006.



Foto 1. As diversas temporalidades representadas, como uma progressão temporal: o cavalo, a bicicleta e o automóvel; o concreto e o caminho de terra. E o contexto de tal temporalidade: as casas (à direita) daqueles que trabalham nas extensas monoculturas da cana-de-açúcar (à frente, ao fundo). (Produzida por Elisângela de Jesus Santos, 2006)

Observamos que os diversos tempos históricos deixaram marcas pelo chão da cidade, nas habitações, nos hábitos dos cidadãos e nos valores preservados e defendidos, que em alguns momentos chocam-se, e em outros se encontram, transformando-se.

Apontamentos finais

Esta breve retrospectiva histórica veio refazer os tempos históricos que podemos retomar com uma série de detalhes um pouco mais extensa, sobre os quais muito já se escreveu e muito ainda se ouve contar, com narrativas vivas e sempre inéditas em seus detalhes e suas perspectivas: o tempo do ouro e da pecuária, o tempo do café e do colonato, o tempo da cana e muitas migrações.

Neste contexto, a história da cidade de Ibaté, como de tantas outras no interior paulista, ilustra uma opção de desenvolvimento que, como temos visto, têm privilegiado os grandes conglomerados econômicos, negligenciando a necessidade básica de reprodução da

vida de grande parte da população. Enquanto concede plenas condições de expansão e desenvolvimento aos grandes capitalistas e seus empreendimentos, coloca a população expropriada, subempregada ou desempregada a única opção de lutar pela sobrevivência, a reprodução da vida em condições materiais mínimas.

A partir do material fornecido por essa releitura bibliográfica, investigamos o sentido da apropriação territorial possível (tanto no interior da cidade de destino como no movimento migratório inter-regional tantas vezes mantido) aos migrantes nordestinos que chegam à Ibaté em busca de trabalho para, no limite, compreender o processo de inclusão/exclusão precária que os envolve.

Bibliografia

BERNARDELLI, M. L. F. H. “O caráter urbano das pequenas cidades da região canavieira de Catanduva – SP” In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. W. (Orgs.) *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

CAIRES, A. C. R. “Nem tudo era doce no império do açúcar. Vida, trabalho e lutas na Usina Tamoio – 1917/1969.” Dissertação de Mestrado, UNESP/FCLAR, 1993.

D'INCAO E MELLO, M. C. *O bóia-fria: acumulação e miséria*. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

DA MATTA, R. “O ofício do etnólogo, ou como ter ‘Anthropological Blues’”. In: NUNES, E. O. (Org.) *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, 23-35.

DEMARTINI, Z. B. F; TRUZZI, O. (Orgs). “Estudos Migratórios. Perspectivas Metodológicas”. São Carlos, EDUFSCar, 2005.

FERNANDES, M. E. (Coord). “A cidade e seus limites. As contradições do urbano na ‘Califórnia Brasileira’”. São Paulo: Annablume; Fapesp; Ribeirão Preto: Unaerp, 2004.

MARTINS, J. S. “O cativo da terra”. São Paulo: Hucitec, 1986.

- MARTINS, J. S. "A sociabilidade do homem simples." São Paulo, Hucitec, 2000.
- MENEZES, M. A. "Redes e enredos nas trilhas dos migrantes." Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa, PB: EDUFPB, 2002.
- MARX, KARL. "O método em economia política". In: KONDER, L (Org.) *Marx, vida e Obra. São Paulo*, Nova Cultural, 1983.
- BENINCASA, V. "Velhas fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830-1930." São Carlos: EDUFSCar.; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- MORAES SILVA, M. A. "Errantes do fim do século". São Paulo: Unesp, 1999
- POVOA NETO, H. "A produção de um estigma: Nordeste e Nordestinos no Brasil." In: Revista Travessia, n.19, mai/ago, 1994.
- PASTORAL DE MIGRANTES/GUARIBA. "Dossiê: 2001-2003. Rota de mobilidade humana para o interior paulista." Pastoral de Migrantes /Guariba, 2004.
- FERNANDES, M. E. (Coord). "A cidade e seus limites. As contradições do urbano na 'Califórnia Brasileira'". São Paulo: Annablume; Fapesp; Ribeirão Preto: Unaerp, 2004.
- THOMAZ JR. A. "Os limites da teoria e a plasticidade do trabalho. Repensar auto-crítico sobre as classes trabalhadoras no Brasil." Anais do I Encontro Rede Rural, julho, 2006.